

Rodolfo Assis

INTERPRETAÇÃO CONFORME A
CONSTITUIÇÃO
E DECISÕES
MANIPULATIVAS

Fábio Carvalho Leite

grammar

© Rodolfo Assis

Gramma Editora

Conselho Editorial: Bethania Assy, Francisco Carlos Teixeira da Silva, Geraldo Tadeu Monteiro, Gisele Cittadino, Gláucio Marafon, Ivair Reinaldim, João César de Castro Rocha, Lúcia Helena Salgado e Silva, Maria Cláudia Maia, Maria Isabel Mendes de Almeida, Mirian Goldenberg e Silene de Moraes Freire.

Supervisão Editorial: Gisele Moreira

Coordenação Editorial: Flávia Midori

Revisão: Milena Martins

Capa: Paulo Vermelho

Diagramação: Leonardo Paulino Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecário Fabio Osmar de Oliveira Maciel – CRB-7 6284

A848i

Assis, Rodolfo

Interpretação conforme a Constituição e decisões manipulativas /
Rodolfo Assis. – Rio de Janeiro : Gramma, 2019.
210 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-5968-679-1

1. Direito constitucional. 2. Controle da constitucionalidade -
Brasil. I. Título.

CDD : 342

Gramma Editora

Rua da Quitanda, nº 67, sala 301

CEP.: 20.011-030 – Rio de Janeiro (RJ)

Tel./Fax: (21) 2224-1469

E-mail: contato@gramma.com.br

Site: www.gramma.com.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/1998).

1167095

SUMÁRIO

Prefácio	1
Introdução	5
CAPÍTULO 1	
AS “DECISÕES INTERPRETATIVAS”: INTERPRETAÇÃO CONFORME, INCONSTITUCIONALIDADE PARCIAL SEM REDUÇÃO DE TEXTO E DECISÕES MANIPULATIVAS	11
1. Problemas sobre a estrutura de conceitos em geral	13
1.1. A compatibilidade da legislação com a Constituição e a inconstitucionalidade em geral	16
1.2. “Decisões interpretativas”: a interpretação conforme a Constituição e as decisões manipulativas	17
1.2.1. Paradigma das “decisões interpretativas” no controle de constitucionalidade dos Estados Unidos	18
1.2.2. Paradigma das “decisões interpretativas” no controle brasileiro de constitucionalidade	21
1.2.3. O conceito de interpretação conforme a Constituição	23
1.2.4. O conceito de inconstitucionalidade (ou nulidade) parcial sem redução de texto (ou decisão manipulativa redutiva)	27
1.2.5. O conceito de decisão manipulativa	32
1.2.6. Estrutura comparativa das espécies	39

1.3. Conclusões parciais 42

CAPÍTULO 2

ALGUNS ASPECTOS DA LINGUAGEM RELEVANTES PARA O DIREITO 43

2.1 Justificando a importância da linguagem para o Direito 44

2.1.1. A cisão entre texto e norma e a questão da relevância da linguagem 46

2.2 Algumas noções sobre o estudo da linguagem 50

2.3. Significado, semântica e pragmática: entre a comunicação por LIBRAS e o jogo Imagem & Ação 53

2.3.1. A comunicação por LIBRAS e a abordagem semântica 54

2.3.2. O jogo Imagem & Ação e a abordagem pragmática 63

2.3.3. A importância dos elementos semânticos na abordagem pragmática 70

2.4. Qual é a relação da oposição entre abordagem semântica e abordagem pragmática com o Direito? 74

2.5. Conclusões parciais 75

CAPÍTULO 3

INTERPRETAÇÃO: LINGUAGEM E DIREITO 77

3.1. Interpretação: a questão da linguagem 81

3.1.1. Interpretação literal e linguagem 82

3.1.2. Interpretação teleológica e linguagem 88

3.1.2.1. Intencionalismo 91

3.1.2.2. Finalismo 97

3.1.3. Um contínuo com várias possibilidades 100

3.2. Indeterminação como elemento de convergência entre limitações da interpretação literal e vantagens da interpretação teleológica 106

3.3. Conclusões parciais	113
CAPÍTULO 4	115
DIFERENCIANDO AS ESPÉCIES A PARTIR DA LINGUAGEM	115
4.1. Derrotabilidade e indeterminação	116
4.1.1. Derrotabilidade e decisões manipulativas	117
4.1.2. Indeterminação e interpretação conforme a Constituição	124
4.1.3. A indeterminação e os indexicais	130
4.2. Abordagem semântica/interpretação literal versus abordagem pragmática/interpretação teleológica (de novo!)	134
4.3. Conclusões parciais	139
CAPÍTULO 5	
POR QUE DIFERENCIAR?	141
5.1. Clareza conceitual	141
5.2. Presunção de constitucionalidade e modelos de tomada de decisão	144
5.2.1 Formalismo forte	146
5.2.2. Particularismo sensível às regras	150
5.2.3. Formalismo moderado	153
5.2.4. A interpretação conforme como inadequada invocação de presunção de constitucionalidade da lei	157
5.3. Aplicação da cláusula de reserva de plenário	161
5.4. Conclusões parciais	179
CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
REFERÊNCIAS	183